

GRANDES EMPREENDIMENTOS, VALORIZAÇÃO DO CAPITAL E TRANSFORMAÇÕES RURAL-URBANO

Mónica Castañeda Gómez
Universidade Federal de Pernambuco
monik8705@yahoo.com.mx

Wilma Gomes Souza
Universidade Federal de Pernambuco
wilmmasouza@gmail.com

RESUMO

No capitalismo contemporâneo, se identifica a intensificação de diversas estratégias desenvolvidas para dar continuidade ao crescimento econômico de caráter acumulativo e expansivo. Uma dessas estratégias é a implantação de grandes empreendimentos em espaços “pouco explorados” (e muitas vezes caracterizados pelos baixos custos de produção), onde possa se realizar o capital excedente acumulado, transformando as formas de produção e reprodução do espaço. O objetivo deste artigo busca compreender como essas transformações socioespaciais geradas pelos grandes empreendimentos respondem a uma necessidade de valorização do capital, que compromete interesses a nível mundial de caráter geopolítico, devido aos ajustes espaço-temporais como resposta a crise estrutural o qual atinge diretamente as relações rural-urbano, refletindo nos usos e apropriações do espaço, nos agentes envolvidos e nas dinâmicas territoriais.

Palavras chaves: Valor de uso/Valor de troca; Produção do espaço; Capital

INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado por grandes transformações sociais, econômicas e políticas, que atingem os processos de produção do espaço e estimulam reflexões e análises desde diversas áreas do conhecimento, na busca de capturar e interpretar da forma mais fiel possível estas dinâmicas contemporâneas. A construção deste artigo surge como parte das reflexões teóricas que se tem feito no marco dos processos de pesquisa das autoras no mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFPE que tem a ver com as análises de grandes empreendimentos como minas e barragens em espaços rurais.

Este artigo se propõe colocar alguns apontamentos teóricos iniciais para compreender como essas transformações socioespaciais geradas pelos grandes empreendimentos respondem a uma necessidade de valorização do capital, que compromete interesses a nível mundial de caráter geopolítico, devido aos ajustes espaço-temporais como resposta a crise estrutural, o qual atinge diretamente as relações rural-urbano, sendo o Estado facilitador desse processo e os proprietários do capital internacional os protagonistas, gerando várias tensões nos usos e apropriações dos diversos agentes envolvidos.

A partir do método materialista histórico-dialético, se desenvolveram as análises tendo em conta a perspectiva da totalidade e o caráter dialético nos processos sociais, procurando ir além dos fenômenos e compreender a função e estrutura da problemática proposta neste texto. Fez-se a partir da revisão documental tendo como referência principal os aportes teóricos dos geógrafos Milton Santos (1996; 2007) e David Harvey (2005), que permite identificar a “função” dos grandes empreendimentos nos territórios, e nesse sentido as implicações das transformações na produção do espaço e na reprodução das formas de vida.

ENTENDENDO AS RELAÇÕES RURAL-URBANO

Como explica Bertrand (1973), as definições existentes do que seja rural e urbano, sempre estiveram associadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana (BERTRAND, 1973).

Essas definições de rural e urbano foram se modificando ao longo da história e foram ganhando novas formas, o rural se modernizou tendo a indústria se inserindo nos espaços rurais junto com as novas tecnologias usadas na agricultura e as diferenças entre o campo e cidade se minimizou.

O termo dicotômico e *continuum* são sempre muito discutidos entre os estudiosos na definição do que seja rural e urbano. Segundo Veiga apud Marques (2002):

O rural é necessariamente territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais. As relações urbano/rural não mais corresponderiam à “antiquada dicotomia” entre cidade e campo, tendo esta sido substituída por uma geometria variável na qual passaram a ser cada vez mais cruciais as aglomerações e as microrregiões. Dessa forma, é preciso considerar a relação entre espaços mais urbanizados e espaços onde os ecossistemas permanecem menos artificializados, ou seja, espaços rurais, para a definição de uma estratégia realista de desenvolvimento baseada numa articulação horizontal de intervenções (MARQUES, 2002, p. 40).

Ainda de acordo com o autor, os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. Os principais critérios tradicionalmente empregados são: 1. Discriminação a partir de um determinado patamar

populacional; 2. A predominância da atividade agrícola; 3. Delimitação político-administrativa (MARQUES, 2002).

Blume, Sorokin & Zimmermann identificam uma série de diferenças empíricas marcantes entre as áreas rurais e urbanas que se relacionam principalmente com as seguintes características: 1. Ocupacionais: diferenças no envolvimento das atividades. No rural, desde jovens, as pessoas se ocupam com um único tipo de atividade, a coleta e o cultivo; 2. Ambientais: os rurais sofrem influência direta do contato com a natureza e das condições climáticas; 3. Tamanho das comunidades: correlação negativa entre tamanho da comunidade e pessoas ocupadas na agricultura; 4. Diferenças na densidade populacional: as rurais são relativamente mais baixas do que as urbanas, devido ao cultivo; 5. Diferenças na homogeneidade e heterogeneidade da população: os rurais tendem a adquirir características semelhantes por se envolverem nas mesmas funções, são mais homogêneos, pois não sofrem os problemas de uma intensiva divisão do trabalho (REIS, 2005).

Diante disso, percebe-se que a discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal); d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (KAGEYAMA, 2004).

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL ATRAVÉS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS

A formação social e econômica atual, caracterizada pelo modo capitalista de produção que atinge todas as esferas sociais e transforma o espaço de acordo com suas necessidades, tem suas bases em contradições que se atualizam permanentemente, renovando assim as formas de acumulação. A subordinação do capital sob o trabalho, baseada na expropriação dos meios de vida de um grupo da população, busca o crescimento econômico e a expansão como condição inerente ao mesmo, expressado paralelamente em graus de degradação e desigualdade em termos sociais, ambientais e culturais.

No entanto, este crescimento econômico supõe a irrupção de crises que colocam em risco os processos de acumulação, precisando reinventar as formas de realização de valor. Essas crises se dão na medida em que o funcionamento deste processo cria barreiras para sua expansão, sendo este último necessário para sua existência. Nas palavras de Mota (2012):

A rigor, as crises são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e, como diria Marx (1998), a produção capitalista cria barreiras a sua própria expansão. Ao procurar

superá-las, somente o faz através de movimentos restauradores que, ciclicamente, repõem novas barreiras à valorização do valor. Este processo é determinado pela incessante busca de lucros e mediado por iniciativas econômicas e políticas que permitem tanto a existência de períodos em que prevalece a destruição massiva das forças produtivas, quanto à emergência de ciclos de prosperidade, alternando-se historicamente. (MOTA, 2012, p. 30)

Desde finais da década de sessenta e começo da década de setenta estas crises cíclicas assumem um caráter estrutural que, a diferença das anteriores, esta caracterizada por sua dimensão mundial, sua extensão temporal e seu caráter global e não setorial, atingindo todas as esferas da vida (MOTA, 2012). Isso ocorre devido às condições sócio históricas da época expressadas na internacionalização da economia e seu caráter monopólico, as profundas transformações na geopolítica, as mudanças na composição orgânica do capital e a divisão internacional do trabalho, descentralizando o processo produtivo.

Isso implica uma recomposição das forças do capital aprofundando o processo de concentração e subsídio, e mudando os processos produtivos e ao mesmo tempo a ordem mundial, privilegiando o caráter fictício e especulativo, mas nunca ficando isolado dos tradicionais processos de exploração que se atualizam ante estas novas formas de organização econômica e política:

Não se trata simplesmente da subordinação de capitalistas industriais a capitalistas bancários ou agiotas. Trata-se do ponto máximo da concentração da propriedade capitalista, isto é, quando o capital monetário, resultante do retorno, sob formas diversas de massas enormes de mais-valor, extrapola o capital bancário, enquanto capital de crédito a serviço dos grandes proprietários diretos de meios de produção, e se converte na ponta mais concentrada da propriedade capitalista, propriedade das condições sociais de produção a cada dia envolvendo dimensões mais extensas – dispondo de maiores volumes de inversões para extrair o mais-valor. (FONTES, 2010, p. 35-36)

Estes grandes proprietários do capital monetário (portador de juros) e o capital funcionante (extrator de mais valor) geram suas diversas estratégias para enfrentar as crises. Uma das estratégias tem a ver com o que Harvey denomina *ajustes espaço-temporais*, quer dizer, o investimento em lugares que possam representar novas oportunidades de acumulação, levando a uma expansão e a sua vez uma concentração geográfica, atingindo as formas de reprodução da vida e as dinâmicas espaciais. Mas também existem outras estratégias que impactam, principalmente, o espaço rural:

1) A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante (1) a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial), ou mediante (2) a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho (novos especialistas empresariais surgem para cuidar de determinado aspecto da produção, antes exercido dentro da própria fábrica ou empresa); 2) a criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produção (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XXI) [...] 4) A expansão geográfica para novas regiões,

incrementado o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”. (HARVEY, 2006, p. 47-48)

No marco deste processo de mobilização de capitais se apresenta a implantação dos grandes empreendimentos, onde geralmente os meios de produção se compõem em grande parte por bens primários e equipamentos tecnológicos que permitam sua transformação (como parte do capital constante), sendo explorados intensivamente. Este artigo faz ênfase principalmente aos empreendimentos como minas, barragens, estradas e sistemas de transporte em geral, que tem por sua vez uma tendência “modernizadora” e reprimarizadora.

No caso da América Latina, se perceber o incremento no investimento estrangeiro como parte também de um processo de privatização dirigido a vários setores da economia, e penetrando cada vez mais nos espaços predominantemente rurais pelas garantias que oferecem em termos de lucro.

Neste processo, o Estado tem um papel muito significativo, por ser quem tem a potestade nos termos formais de dirigir o território, planejá-lo e controlar\permitir seus usos. Esta função se identifica claramente orientada aos processos de reprodução de capital, gerando diversas tensões com outros usos e apropriações.

No âmbito da política internacional, portanto, o Estado claramente assume, perante as empresas económicas mais relevantes no processo de expansão e acumulação do capital, o papel de “facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior”. As formas e recursos de que se mune para realizar esse papel variam muito em decorrência das circunstâncias históricas. Mas, no fim das contas, o que deve fazer o Estado é afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas do seu capital nacional -se preciso, com a imposição da ‘diplomacia das canhoneiras’- diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p.113). (ANDRADE, 2012, p. 25)

Assim, as grandes empresas se instalam numa lógica vertical, ajustando o espaço a suas necessidades e não o contrário, configurando uma ordem espacial (como ocorre em cada época da história), associada a uma ordem econômica e social. As condições nas quais se instalam esses empreendimentos, devido a seu caráter externo e privatizador, geram tensões com as outras formas de ocupação do território, suas estruturas e formas.

Sendo que toda atividade humana transforma o espaço, é importante destacar que, neste caso, é mediado por interesses dos proprietários do capital e que se tem um interesse privado na sua essência, favorecido pela internacionalização da produção e pelas ferramentas criadas em apoio a estes capitais. Nesse sentido o valor de uso é superado pelo valor de troca. Devido ao caráter funcional que adquire o espaço para a tendência acumulativa do capital, este último exerce o controle sobre as práticas humanas expressadas nos territórios, tanto para determinar os usos que se fazem deste, sendo antagônico as

formas de apropriação que não estão mediadas pelo lucro nem a realização de capital. Quer dizer, no território se tem um valor e um valor de troca, os quais se dão de forma indissociável predominando o segundo a partir do controle de agentes associados ao sistema econômico financeiro na busca de realização de valor.

Santos (2007), analisando os processos de dominação no espaço expõe com clareza o papel desta dominação:

“A forma valor é uma relação entre produtos, mas também uma relação entre trabalhos [...] enquanto ‘momentos’ de um processo social de produção”. (Bettelheim, 1970, p. 1436). Esta relação é comandada pela repartição das frações do capital total e dos diversos segmentos da mão-de-obra total. Cada lugar, pelos modos de produção que abriga, torna-se assim, capaz de, num dado momento, atribuir taxas específicas de lucro a cada fração de capital e de remunerar diferentemente também os diversos segmentos da mão-de-obra (...)

O “valor” do capital é, também, função de sua localização, se bem que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar. Quanto aos homens, “segundo o lugar que ocupam no espaço, eles não têm o mesmo valor nem as mesmas oportunidades (perspectivas de valor)” (SANTOS, 1978, p.155)

Dessa forma, os espaços rurais são vistos como locais de investimentos transformados pela intervenção de capital e trabalho onde cada época adiciona uma transformação histórica da cidade/campo pela mudança na paisagem, nas estruturas, na densidade populacional, etc., como afirma Deák (1987):

A cidade, campo, floresta, lago, flora e fauna se tornam assunto de arqueologia. Em seu lugar, esse espaço possui ‘usos do solo’. Toda atividade humana: moradia, comércio, serviços, finanças, indústria, lazer, agricultura, e mesmo a natureza (confinada ao jardim botânico e zoológico, à reserva natural ou parque nacional) se tornam usos do solo, confinados em zonas e distritos próprios, apoiados por edificações, regulamentos e serviços específicos. Ou seja, o rural transforma-se em espaço urbano, um produto histórico, cada porção do qual fica sujeita às relações dentro do todo – sendo essas relações às próprias relações de produção capitalista e de reprodução social. (DEAK, 1987, p 38)

Assim, as relações de produção capitalista transformam intensamente o espaço de forma que o trabalho dispendido na produção do espaço é tão necessário quanto o trabalho dispendido na reprodução dos meios de produção, o mesmo valendo também para todos os demais trabalhos necessários para a manutenção do aparato estatal, isto é, para reproduzir a superestrutura legal, política e administrativa da produção DEÁK (1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas observações sobre as transformações dos espaços rural-urbano através dos grandes empreendimentos e valorização do capital tiveram o objetivo não só de discutir os conceitos de rural-urbano, mas, sobretudo de alertar para o fato de que essas relações entre o rural-urbano se constituem de elementos fundamentais para a interpretação da funcionalidade do espaço na reprodução do capital.

Não se deve insistir em classificações que considerem o rural-urbano como apenas uma relação dicotômica, deve-se admitir a existência de um espaço *continuum* repleto de diferentes características funcionais. O espaço rural-urbano deve ser pensado não apenas como um local de instalação das grandes empresas na lógica vertical do capital ajustando o espaço a suas necessidades. Mas pensar num espaço a partir da sua funcionalidade e contribuição à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. Z. ; MACHADO, M. R. (Org.). **O rural e o urbano na região metropolitana do Recife**. Recife: UFRPE, 2014.
- BARROS, A. P.; SILVEIRA, K. A. A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de SUAPE, Pernambuco – Brasil. In: **CADERNOS CERU**, série 2, v. 21, n. 1, junho de 2010.
- BERTRAND, A. L. et al. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973.
- CORREA, R. L.. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004
- DEÁK, C. **Uma Interpretação histórica da teoria de renda**. **Revista de Desenvolvimento urbano e Regional**, v. 2, n.1, p. 41-57, 1987
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, Ricardo Junior e Mendonça, Marcelo Rodrigues. Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no cerrado goiano (Goiás/Brasil). In: **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 206-228, set. 2015.
- HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anneblume, 2005.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2 edição, 2005.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2004, Cuiabá. "Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional", 2004.
- MACHADO, M. R. I. M. ; ALBUQUERQUE, M. Z. A.; Os conflitos entre o rural e urbano na região metropolitana do recife: o caso da cidade da copa. In: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2013, João Pessoa. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2013.
- MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo, v. 18, n.19, p. 95-112, 2002
- MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

- NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política. Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. **Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SATHLER, D. **O rural e o urbano no Brasil**. Caderno de Geografia (PUCMG. Impresso), v. 15, p. 77-92, 2005.
- SILVA, J. B. **Discutindo o rural e o urbano**. Revista da ANPEGE, v. 7, p. 3-11, 2011
- VEIGA, J. E. **Nem tudo é urbano**. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, SP, p. 26 - 29, 01 abr. 2004